A licença CMS e a licença da Parte 9

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

O processo para uma Capital Markets Services Licence (licença CMS) nos termos do Securities and Futures Act (SFA, a lei de valores mobiliários e derivativos) segue as mesmas etapas, com conteúdo diferente. O formulário de pedido é o formulário do SFA para as atividades reguladas pretendidas. Os requisitos de capital mínimo e de capital baseado em risco são mais elevados. A administração deve incluir pessoas que atendam aos requisitos de experiência para a atividade regulada, e os representantes que lidam com clientes devem ser notificados no âmbito do regime de notificação de representantes. A análise se concentra nas regras de conduta, na segregação dos ativos dos clientes e, no caso da gestão de fundos, no processo de investimento e na avaliação dos ativos. Para produtos tokenizados do mercado de capitais, a análise acrescenta as questões de custódia e liquidação discutidas no Capítulo VII. Os prazos são comparáveis. A via do sandbox, no âmbito do MAS FinTech Regulatory Sandbox, está disponível para modelos inovadores que não se enquadrem nos requisitos existentes.[1]

A licença da Parte 9 nos termos do Financial Services and Markets Act 2022 (FSMA, a lei de serviços e mercados financeiros) segue formalmente as mesmas etapas, mas a realidade prática descrita no Capítulo V é que a Monetary Authority of Singapore

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

(MAS) só a concederá em circunstâncias extremamente limitadas. O requerente que se enquadre na Parte 9 e não se qualifique para uma licença das leis principais deve presumir que o pedido será indeferido e deve planejar uma reestruturação.

Notas

1. MAS, FinTech Regulatory Sandbox Guidelines, novembro de 2016, conforme revisadas, e as variantes Sandbox Express e Sandbox Plus introduzidas em 2019 e 2022. ↩

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com